

# Brasil pode rever com o FMI metas acertadas para a moeda

**MILANO LOPES**  
**Da sucursal de Brasília**

Uma renegociação com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em torno de uma reformulação dos tetos de expansão dos meios de pagamento — papel-moeda em circulação, mais depósitos a vista nos bancos — e da base monetária — emissão primária de moeda — ainda não foi descartada pelas autoridades econômicas, a despeito das decisões adotadas na última segunda-feira pelo Conselho Monetário Nacional, destinadas a melhor regular a liquidez e ativar o mercado aberto como fonte de financiamento governamental para as contas do orçamento monetário.

A pressão combinada das contas cambiais, do aumento das reservas externas e do crescimento da dívida interna, na opinião de técnicos da Seplan e do Ministério da Fazenda, dificilmente permitirá que se sustente em 50% sobre os saldos do ano passado a taxa de variação anual dos meios de pagamento e da base monetária. Contudo, o

ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, e o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, continuam sustentando que não há o propósito de alteração desses parâmetros, seja qual for o nível inflacionário registrado no final do ano.

Mais radical, Pastore afirma que é a inflação que deve ajustar-se aos níveis de expansão dos dois principais indicadores de política monetária e não estes à inflação, enquanto Galvêas prefere argumentar pelo lado da queda da inflação, assegurando que a partir deste mês ela começará a cair, até atingir uma taxa substancialmente menor do que os 211% registrados em dezembro do ano passado.

## EFEITOS

O ministro da Fazenda não comunga com as apreensões de alguns técnicos da área econômica e representantes dos meios empresariais e bancários, a respeito da ineficácia das medidas recentemente adotadas pelo Conselho Monetário Nacional, destinadas a regular a liquidez e reacender o interesse dos investidores pelo mercado aberto.

As decisões, na opinião dos técni-

cos, apontam para um estreitamento da liquidez e uma elevação das taxas de juros. A autorização dada ao Banco do Brasil para emitir Certificados de Depósitos Bancários — CDB —, ainda que tenha o efeito de aumentar as aplicações daquela autoridade monetária na agricultura e nas exportações, inibe a captação do sistema bancário privado, favorecendo, portanto, a elevação dos juros.

As duas outras decisões tendentes a obrigar os fundos mútuos de renda fixa e as sociedades de crédito imobiliário a fazerem aplicações em títulos federais também resultarão num estreitamento do mercado de títulos privados, o que, por sua vez, favorecerá o aumento da taxa de juros pela via de uma redução da liquidez.

Galvêas admite que haverá um acréscimo na taxa de juros, mas assegura que será um movimento passageiro, pois a tendência será uma taxa declinante, inclusive por força de uma redução na demanda de crédito por parte das empresas que estão em dificuldades por causa da recessão.